

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.842 - SP
(2019/0274899-2)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRACICABA
ADVOGADOS : CLÁUDIO BINI - SP052887
JAIR JOSÉ MARIANO FILHO - SP341026
AGRAVADO : MARCUS VINICIUS ROCHA PEREIRA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANA PAULA DE SOUZA CAMPOS

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRACICABA em face de decisão monocrática da lavra da Presidência do STJ, acostada às fls. 344/345, e-STJ que não conheceu do agravo (art. 1.042 do CPC/15), ante a ausência de impugnação dos fundamentos do julgado de inadmissibilidade.

O agravo (art. 1.042 do CPC/2015) desafiava decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu o recurso especial, este de sua vez interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, em face de acórdão assim ementado (fl. 245, e-STJ):

APELAÇÃO PLANO DE SAÚDE - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER Recusa de fornecimento de medicamento para tratamento do autor, portador de retinopatia diabética proliferativa e glaucoma vascular em ambos os olhos Sentença que julgou parcialmente procedente o pedido - Apelação da ré - Tratamento da doença previsto em contrato Prescrição médica expressa de tratamento Recusa indevida Hipótese de incidência das Súmulas 95 e 102 do Tribunal de Justiça de São Paulo Sentença mantida Recurso desprovido.

Nas razões do recurso especial (fls. 256/273, e-STJ), a insurgente apontou dissídio jurisprudencial entre o acórdão *a quo* e a jurisprudência do TJ/MG e do STJ, firmes no sentido de que os procedimentos clínicos experimentais não estão incluídos na cobertura a ser fornecida pelos planos de saúde.

Sem contrarrazões.

Inadmitido o apelo nobre, adveio o agravo (fls. 316/324, e-STJ), visando destrancar a insurgência, não conhecido pela Presidência desta Corte, pela ausência de impugnação a todos os fundamentos do julgado de inadmissibilidade.

Irresignada, a parte interpõe agravo interno (fls. 349/354, e-STJ) aduzindo, em suma, ter infirmado toda a fundamentação adotada para inadmissão do apelo nobre.

Impugnação às fls. 358/361, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Ante as razões expendidas no agravo interno, reconsidero a decisão monocrática anteriormente proferida, porquanto verificada o efetivo ataque aos fundamentos do *decisum* de inadmissibilidade.

1. O conhecimento do recurso interposto com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional demanda o preenchimento dos seguintes requisitos: i) a indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente; ii) a demonstração do dissídio, mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados; iii) a realização do cotejo analítico entre elas, nos moldes exigidos pelo art. 1.029, § 1º, do NCPC (art. 541, parágrafo único, do CPC/1973).

Com efeito, para caracterização da divergência jurisprudencial, é imprescindível a colação de trechos do relatório e do voto dos acórdãos paradigma e paragonado, com a realização do devido cotejo analítico, sendo insuficiente a mera transcrição de ementas e/ou de trechos dos arestos paradigmas, como ocorreu no caso.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. UNIÃO ESTÁVEL. TESES DEFENDIDAS NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. LEI Nº 8.971/1994 E 9.278/1996. AUSÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE.

1. As teses apontadas no recurso especial não podem ser apreciadas, em virtude da ausência de prequestionamento. Incidência dos enunciados previstos nas Súmulas 282 e 356 do STF.

2. A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que, nos termos do art. 2º, III, da Lei nº 8.971/1994, não revogado pela Lei nº 9.278/1996, na falta de descendentes e ascendentes, o companheiro sobrevivente terá direito à totalidade da herança, afastando-se assim a participação de colaterais do de cujus no inventário.

3. Na hipótese em exame, o dissídio jurisprudencial não foi demonstrado, uma vez que a parte recorrente se limitou a citar acórdãos trazidos como paradigmas, sem realizar o necessário cotejo analítico e sem demonstrar a similitude, em desatenção, portanto, ao disposto na legislação processual pátria e no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1381638/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 14/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA E NEXO CAUSAL. CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS CONTROVERSAS E PROVAS DOS AUTOS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DANOS MORAIS. VALOR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. A Corte de a quo, mediante a análise de todo o conjunto fático-probatório constante dos autos, concluiu que a litispendência não foi reconhecida, bem como que o quantum relativo aos danos morais atende os princípios da razoabilidade. A revisão da convicção firmada encontra óbice na súmula 7/STJ.

2. A divergência jurisprudencial não foi comprovada nos moldes estabelecidos nos artigos 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º do RISTJ, tendo em vista que não foi realizado o devido cotejo analítico, com a demonstração clara do dissídio entre os casos confrontados, identificando os trechos que os assemelhem, não se oferecendo, como bastante, a

Superior Tribunal de Justiça

simples transcrição de ementas ou votos.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1295863/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 22/10/2018)

2. Do exposto, reconsidero a decisão monocrática impugnada e com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo em recurso especial. Mantém-se, ademais, a majoração de honorários, nos termos determinados à fl. 345 e-STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator